



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0184559-0**

**202**

**COMARCA** : Petrolina – 1ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**APELADO** : Daciano Grangeiro Teles  
**PROCURADOR** : Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. PRELIMINAR DEFENSIVA NAS CONTRARRAZÕES DA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO. APELAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART.593, III, "d", do CPP. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. REJEITADA. APELAÇÃO MINISTÉRIAL TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. OCORRÊNCIA. SUBMISSÃO DO APELADO A NOVO JULGAMENTO. RECURSO PROVIDO.

**I** – Viola o princípio da igualdade processual e do contraditório no processo penal o entendimento que defende que o recurso de apelação com fundamento no art.593, III, "d", do CPP é exclusivo da defesa.

**II** - Enseja nulidade e, conseqüentemente, novo julgamento, a decisão do Conselho de Sentença que absolve o acusado em evidente afronta à prova dos autos.

**III** - Apelação provida. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0184559-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

**Recife, 04 de fevereiro de 2010.**

**Presidente**

**Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

203

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0184559-0**

COMARCA : Petrolina - 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
APELADO : Daciano Grangeiro Teles  
PROCURADOR : Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

**RELATÓRIO**

DACIANO GRANJEIRO TELES foi denunciado (fls.02/03), como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal e pronunciado (fls.466/471) como incurso nas sanções do artigo 121¹, § 2º, incisos II e IV, todos do Código Penal, com a incidência do art. 1º, inc. I, da Lei 8.072/90, acusado de ter atingido a vítima **Severino Moraes da Costa** com disparos de arma de fogo, provocando-lhe os ferimentos descritos no laudo de exame tanatoscópico de fls. 09/09v, os quais causaram a morte da vítima, fato que ocorreu no interior da casa de Edmilson Moreira de Souza, na comarca de Parnamirim, no dia 13 de abril de 1997.

Após deferimento (fls.575) do pedido ministerial (fls.524/525) de desaforamento para a Comarca de Petrolina, o recorrido foi levado a julgamento perante o Tribunal do Júri (fls. 613/623), sendo absolvido pelo Conselho de Sentença conforme decisão às fls. 621, uma vez que o júri reconheceu que o acusado agiu sob o manto da excludente da legítima defesa putativa.

Inconformado, o Representante do Ministério Público, em plenário, apelou (fls.623) da decisão do Tribunal Popular, oferecendo as razões de fls. 626/630, alegando, em síntese, que a decisão dos jurados foi contrária às provas dos autos.

A defesa apresentou as contra-razões da apelação (fls. 638/649), alegando preliminarmente que o recurso não deveria ser conhecido, tendo em vista que, com o advento da Lei 11.689/08, a apelação com fundamento no art. 593, III, "d", do CPP, seria recurso exclusivo da defesa. No mérito pede a manutenção da decisão do júri.

¹ Art. 121 - Matar alguém  
Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe,

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido,

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

204

O <sup>apelante</sup> ~~apelante~~ encontra-se em liberdade conforme alvará de soltura de fls. 625.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiredo, concluiu seu parecer (fls. 662/666) opinando pelo provimento do apelo.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 06 de outubro de 2009.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

205

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0184559-0**

COMARCA : Petrolina – 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
APELADO : Daciano Grangeiro Teles  
PROCURADOR : Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Gean Nogueira Virginio

**PRELIMINAR**

A defesa suscita preliminar de não conhecimento do recurso de apelação interposto pelo ministério público com fundamento do art. 593, III, "d", do CPP, alegando que, com o advento da lei 11.689/08, a apelação intentada com base no citado dispositivo seria ato exclusivo da defesa.

Tal preliminar não deve prosperar, uma vez que não há qualquer previsão legal que impeça o *parquet* de ajuizar a apelação sob o fundamento de a decisão ser contrária à prova dos autos. Ademais, tal entendimento contraria os princípios constitucionais do contraditório e da igualdade processual.

A Constituição Federal consagrou, em seu artigo 5º, inciso LV, que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Desse modo, rejeito a preliminar suscitada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

206

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0184559-0**

COMARCA : Petrolina -- 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
APELADO : Daciano Grangeiro Teles  
PROCURADOR : Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Gean Nogueira Virgínio

**VOTO**

Irresignado com a decisão do Conselho de Sentença que absolveu o réu, por entender que o mesmo desferiu os disparos contra a vítima sob o manto da excludente da legítima defesa putativa, o Representante do Ministério Público apelou, alegando, em suma, que a decisão absolutória contrariou a prova existente nos autos.

A materialidade do crime encontra-se demonstrada através do Laudo Pericial (fls.09/09v).

A autoria do crime encontra-se definida nos autos em face dos depoimentos do recorrido, das testemunhas ouvidas na fase inquisitória e durante a ação penal, que atribuem ao acusado a autoria do delito descrito na denúncia, sendo forçoso concluir que as circunstâncias nas quais se deram os fatos não se coadunam com a tese da legítima defesa putativa.

**DACIANO GRANJEIRO TELES**, em seu interrogatório perante a autoridade judiciária da Comarca de Iguatemi-MS, afirmou (fls. 225/228):

"(...) Que conhecia a vítima somente 'de vista'. Que sabia que o mesmo era policial (...) Que havia algumas pessoas mexendo com um senhor de idade. Que chegou no local a pessoa da vítima. Que a vítima já foi chamando o acusado de moleque e batendo no rosto do interrogado. Que a vítima levou o interrogado preso. Que a vítima bateu bastante no interrogado. Que as outras pessoas que estavam no local saíram correndo, que tais pessoas estavam "mexendo com um senhor de idade". Que o interrogado "não mexeu com tal pessoa". Que a vítima não disse ao interrogado porque estaria o levando preso. Que foi chamado o pai do interrogado, sendo que permaneceu na cadeia em torno de 2 horas. Que a vítima teria dito ao seu pai que iria matar o interrogado. Que o interrogado quando foi levado na delegacia a vítima lhe batia e o interrogado " ia para



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

207

cima da vítima", que também o agrediu, que não chegou a ferir a vítima (...) Que a vítima falou ao pai do interrogado que o acusado era moleque e merecia morrer. Que o pai do interrogado o levou para a cidade de Araripina, na casa do irmão do interrogado, onde permaneceu durante uma semana e depois foi para cidade de Sobral-CE (...) Que o interrogado retornou para a fazenda em Parnamirim onde permaneceu durante um ano em face de seu pai estar com medo de que a vítima lhe matasse, o acusado veio até a cidade de Sidrolândia-MS. Que Chegou em Sidrolândia-MS em 1994. Que em 1995 retornou para Parnamirim quando ficou sabendo que a vítima teria ido embora (...) Que o interrogado foi convidado pelo irmão de um amigo seu para tomar uma jurubeba na residência do mesmo, sendo que o interrogado quando lá chegou, a vítima se encontrava debruçada na janela e levou a mão na cintura. Que o interrogado foi afastado pra trás, mas também sacou sua arma. Que disparou em torno de 2 ou 3 tiros (...) Que não conhece a pessoa de Edmilson (...) Que o acusado viu a arma da vítima. Que o acusado informa que estava entrando dentro da residência quando viu a vítima (...) Que o interrogado tirou novos documentos com a certidão de nascimento em nome de Josimar Bezerra da Silva (...) Que perguntado pelo Promotor de Justiça ao acusado se o mesmo tinha conhecimento que era crime uso de documento falso, pelo advogado de defesa foi requerida a impugnação de tal pergunta, haja vista que o acusado já teria sido interrogado nos autos 035.05.000248-6. A MM. Juíza entendeu que tal pergunta é relevante para o eventual juízo deprecante e tem relação com os fatos imputados ao acusado. Pelo acusado foi dito que: que o acusado não tinha conhecimento que era crime uso de documento falso. Que perguntado pelo Promotor se por que o acusado não tirou uma segunda via dos documentos que havia perdido, que é o procedimento de praxe. Pelo advogado de defesa foi requerida a impugnação de tal pergunta, haja vista que o acusado já teria sido interrogado nos autos 035.05.000248-6. A MM. Juíza entendeu que tal pergunta é relevante para o eventual juízo deprecante e tem relação com os fatos imputados ao acusado. Pelo acusado foi dito que: que havia perdido os seus documentos e estando de posse da certidão em nome de Josimar Bezerra da Silva achou mais fácil fazer uso da mesma (...)"



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

208

A testemunha **Edmilson Moreira de Souza**, vulgo "Beba", perante a autoridade policial, declarou (fls. 07/10):

"(...) o depoente ouviu vários disparos de arma de fogo; Que o depoente correu para dentro de casa e na porta da frente da casa, o depoente se deparou com Daciano Grangeiro Teles (...) Que afirma o depoente que tal elemento vinha correndo com a arma em punho; Que entrou pra dentro de casa e Severino veio ao seu encontro, se arrastando pelos cantos da parede e disse para o depoente "BEBA": "Toneirinho me matou". Que o depoente afirma que Severino se encontrava sem camisa e estava atingido no lado direito (...) Que o depoente afirma que o Daciano, autor dos disparos contra Severino, reside há cerca de três quilômetros daquele local; Que o depoente afirma que o assassino correu em direção à sua casa (...) Que Daciano sempre frequentava sua casa, quase que diariamente; Que a casa do depoente é passagem obrigatória, para quem vem para esta cidade(...)".

**ANTÔNIO CARLOS ANDRADE CAVALCANTI**, diante da autoridade policial, afirmou (fls. 17/18):

"(...) Severino estava sozinho, dentro da casa; Que o depoente nesse momento ouviu vários disparos dentro da casa; Que o depoente, que estava de cócoras, levantou-se e ficou imóvel, sem conseguir nem pensar o que estava acontecendo; Que nesse mesmo momento, Beba ainda estava tentando apoiar a moto, do lado de fora; Que em seguida o depoente viu quando saltou de dentro de casa, com um revólver em punho e correu, digo, viu quando saltou de dentro de casa um rapaz, com um revólver em punho (...) ; Que, o depoente afirma que Beba correu para dentro de casa aflito, perguntando, mas o que foi que fizeram com o homem? Que nesse momento, o depoente ia entrando dentro de casa e ouviu quando Severino disse: 'Toneirinho me matou' (...)".

**ESTELITA ARAÚJA SOUZA**, viúva da vítima, na fase do inquérito, disse (fls.23):

"(...) Que há aproximadamente cinco anos, a declarante se encontrava na casa de um parente, à Rua Pe. Lima, nesta



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

209

cidade, quando uma senhora veio chamar Severino para que conversasse com 'Toneirinho', ou 'Darcinho', pois o mesmo estava irritando um ancião provocando uma confusão, no calçadão desta cidade; Que a declarante afirma que ficou na referida casa e Severino foi atentar ao chamado da moça; Que, a declarante afirma que nesse dia Severino se encontrava de plantão(...) Que a declarante afirma que Severino lhe contou que ao chegar no calçadão, pediu para que 'Toneirinho' parasse de provocar o velho, pois com pessoa de idade não se brinca. Que, nessa hora o 'Toneirinho' teria reagido à determinação do Agente de Polícia, dizendo que não ia parar; Que a declarante afirma que Severino lhe contou que em seguida os dois foram ao chão, ocasião em que passava alguns Policiais Militares, que ajudaram Severino a deter o elemento e recolher à Cadeia Pública (...) Que já à noite a declarante afirma que Severino foi procurado por um irmão do Daciano, conhecido por 'Toneirinho', que se fazia acompanhar de outra pessoa, pedindo a liberação do preso, dizendo que naquele mesmo dia o mandava embora para Sobral-CE. Que (...) solicitação do irmão do preso foi atendida, e 'Toneirinho' foi solto ainda naquela noite; Que a declarante afirma que no dia seguinte 'Toneirinho' foi mandado para Sobral, no Ceará e na estrada para Salgueiro, disse para o Motorista do carro que 'ia embora', a pedido da família, porém um dia voltava à Parnamirim, para matar Severino; Que a declarante afirma que tal motorista, na época contou o fato para Severino, dizendo que a família do 'Toneirinho' não é brincadeira (...)"

**ANA MARIA ALENCAR**, esposa de Edmilson Moureira de Souza, diante da autoridade policial, asseverou (fls.25):

"(...) Como sua casa é caminho para a de Daciano, o mesmo sempre passa na frente da casa (...)"

**EDMILSON MOREIRA DE SOUZA**, em juízo, confirmou seu depoimento na fase de inquérito e acrescentou (fls.81/82):

"(...) que acredita ter o réu disparado toda a carga do revólver contra a vítima, pois na residência do depoente ficaram várias marcas de balas pela parede, que no dia do crime Severino estava desarmado (...)"



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

210

**ANTÔNIO CARLOS ANDRADE CAVALCANTI**, perante a autoridade judicial, confirmou seu depoimento na fase policial e acrescentou (fls.82):

"(...) que próximo à vítima não havia qualquer arma de fogo, pois as espingardas utilizadas na caça estavam guardadas em um quartinho fora da residência (...)".

**ANA MARIA ALENCAR**, esposa da testemunha **EDMILSON MOREIRA DE SOUZA**, encontrava-se nas proximidades do local do fato, que, em juízo, disse (fls. 84):

"(...) a depoente viu quando 'Toneirinho', o réu, passou correndo com um revólver em punho; que foi em seguida para sua residência ver o que tinha acontecido; que lá chegando se deparou com várias pessoas e com a vítima no sofá respirando com dificuldade (...) que se recorda de ter visto marcas de tiro em sua casa (...)".

As testemunhas de defesa apenas relataram a boa conduta do recorrido, contudo não foi confirmada a suposta ameaça de morte dirigida ao réu pela vítima, conforme alegou o recorrente às fls. 225/228.

Diante da autoridade judiciária, vejamos o que disse o irmão do acusado, **TELISVALDO GRANJEIRO TELES** (fls. 268):

"(...) QUE não ouviu de nenhuma pessoa uma ameaça direta contra seu irmão (...) QUE Daciano não lhe comentou nome de qualquer pessoa que tenha lhe informado sobre possível ameaça contra sua pessoa, proveniente da vítima (...)".

Ao cotejarmos as declarações supra com o que afirmou Daciano na sessão do júri (fls.613/616), podemos constatar a contradição acerca do mesmo tema, inclusive com relação ao seu primeiro interrogatório, assim vejamos:

"(...) quando foi entrando na sala já foi avistando a vítima; que a vítima fez gesto levar a mão a cintura ocasião em que o interrogado sacou da arma e efetuou os disparos não sabendo quantos; que foi a vítima que viu o interrogado primeiro; que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

211

quando a vítima levou a mão a cintura o interrogado já estava atirando nela (...) que a vítima estava encostada na janela ocasião em que o interrogado deu uns passos para trás e no momento em que a vítima levou a mão à cintura o interrogado sacou do revólver e efetuou o disparo; que não houve nenhum comentário que policial vítima estivesse armado no dia do fato; que ninguém fez qualquer comentário de que a vítima estivesse armada quando recebeu os tiros; que foi para o bar com o dono da casa Beba, onde a vítima se encontrava; que Beba não fez qualquer comentário de que Edmilson estivesse na sua casa; que Beba entrou para pegara cachaça ocasião em que o interrogado se deparou com a vítima (...) que não chegou ver arma com a vítima apenas ele levando a mão a cintura (...) que não viu a vítima sacar a arma pois saiu correndo e não deu tempo de observar(...) que após o delito foi embora para a cidade de Tacuru permanecendo até então; que lá nesta cidade tirou outros documentos, mudou de nome (...)"

É forçoso concluir que o depoimento do acusado não guarda respaldo com a verdade, uma vez que, ora o acusado afirma que a vítima estava armada, ora afirma que ela não estava, tendo como motivo impulsionador de sua ação contra Severino o movimento que este fez ao levar a mão à cintura.

Outro fato, que chama atenção é que o réu afirma que pessoalmente, entrou em contato com o Edmilson, vulgo "Beba", ao chegar na casa deste, minutos antes do crime, fato este não confirmado por "Beba" em seus dois depoimentos às fls.10 e fls.81/82.

Ademais, o réu afirma em alguns momentos que a vítima não demonstrava qualquer ameaça, conforme afirmou em juízo às fls. 613:

"(...) que durante o ano que passou em Sobral e retornou a fazenda não escutou nenhuma queixa de sua família de que a vítima tivesse tentado algo contra a sua família como sendo forjar um flagrante prender alguém da família do interrogado ou mesmo ameaçar qualquer outro membro (...) que durante os oito meses que passou aqui no interior de Pernambuco junto com seus pais não sofreu qualquer atentado ou uma coisa



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 212**  
**Terceira Câmara Criminal**

desta natureza (...) que o policial civil vítima nunca fez uma abordagem ao interrogado depois do fato (...).

Partindo da premissa de que o réu já percebia que a vítima não estaria mais oferecendo a ameaça outrora suposta, não haveria motivo para a reação que teve, a não ser que, por pura vingança, tendo em vista que o recorrido é enfático ao apontar a vítima como pessoa violenta, que o humilhou e o prendeu injustamente.

Sendo assim, no cotejo dos depoimentos, observa-se claramente a insustentabilidade da tese da legítima defesa putativa, uma vez que a vítima estava desarmada. E mesmo que esta tivesse agido de forma ameaçadora ao ver o réu, conforme por este alegado, mas que não restou comprovado, o mesmo não usou moderadamente do meios disponíveis para afastar a aparente agressão, haja vista que o acusado disparou, por duas vezes (fls. 09), o que reforça a tese defendida pelo *parquet*.

Ao acolherem a tese da defesa, que culminou com a absolvição do recorrido, os jurados decidiram contrariamente à prova colhida no inquérito policial e instrução processual, o que enseja, sem dúvida, a aplicação do disposto no art. 593<sup>2</sup>, III, "d", § 3º, do Código de Processo Penal.

Desse modo, em conformidade com o parecer ministerial, dou provimento ao apelo, submetendo o acusado a novo julgamento.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.

  
Des. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

<sup>2</sup> Art. 593 - Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

§ 3º - Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



213

**PROCESSO Nº: 0184559-0  
COMARCA: PETROLINA  
VARA: 1ª VARA CRIMINAL  
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO  
APELADO: DACIANO GRANGEIRO TELES**

**VOTO REVISOR**

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, dando provimento ao apelo ministerial, a fim de que o acusado seja submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

É como voto.

Recife, 04 / 02 / 2009.

*Cláudio*  
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Revisor